

FONTE	DATA	CONTRIBUINTE	GT	GRUPO	SUBTEMA	CONTRIBUIÇÃO	TIPO	PRIORIDADE	PALAVRA-CHAVE	DIGITADOR
NET		J2	II		ÁREAS ESPECIAIS DE CONTROLE DE GABARITO	REITERAMOS A IMPORTÂNCIA DA MANUTENÇÃO DO CONTROLE DE GABARITO NA ZET 3, DE FORMA A PRESERVAR A VISUALIZAÇÃO DO FORTE DOS REIS MAGOS A PARTIR DO MIRANTE DA AV. GETÚLIO VARGAS. TRATA-SE DE UM PONTO DE VISUALIZAÇÃO PRIVILEGIADO DO FORTE (BEM TOMBADO EM NÍVEL FEDERAL E QUE FAZ PARTE DA CANDIDATURA À PATRIMÔNIO MUNDIAL DO CONJUNTO DE FORTIFICAÇÕES DO BRASIL), NO QUAL É POSSÍVEL COMPREENDER ELEMENTOS DECISIVOS QUE PERMEIAM OS VALORES DE TOMBAMENTO DESSE BEM TOMBADO, TAIS COMO A SUA IMPLANTAÇÃO NA FOZ DO RIO POTENGI E A SUA LOCALIZAÇÃO PRIVILEGIADA ENQUANTO ELEMENTO DE DEFESA DO TERRITÓRIO.			MIRANTE DA AV. GETÚLIO VARGAS	MARKES E ARTUR
NET		J5	II		ÁREAS ESPECIAIS DE CONTROLE DE GABARITO	ELIMINAÇÃO DE RESTRIÇÃO DE GABARITO DO ENTORNO DO PARQUE DAS DUNAS, POIS ESTÁ CONTRIBUINDO PARA O ABANDONO E DECADÊNCIA DE UMA ÁREA CENTRAL DA CIDADE.			GABARITO NO PARQUE DAS DUNAS	MARKES E ARTUR
NET		J6	II		ÁREAS ESPECIAIS DE CONTROLE DE GABARITO	LIBERAÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS NA REGIÃO DE CIDADE JARDIM E NOVA DESCOBERTA.			LIBERAÇÃO DE PRÉDIOS	MARKES E ARTUR
NET		J8	II		ÁREAS ESPECIAIS DE CONTROLE DE GABARITO	ELIMINAÇÃO DO CONTROLE DE GABARITO NO ENTORNO DO PARQUE DAS DUNAS, INCLUSIVE NO ENTORNO DA UFRN. ESTAMOS COM UMA ÁREA IMENSA, NO CENTRO DA CIDADE, TODA CONGELADA E VIRANDO UM CEMITÉRIO DE CASA ABANDONADA, DEVIDO A RESTRIÇÃO DO PLANO. TODA ESSA ÁREA CIRCULADA EM LARANJA É DE CONTROLE DE GABARITO, NÃO SE PODE CONSTRUIR PRATICAMENTE NADA. MUDAR É CRESCIMENTO, DESENVOLVIMENTO.			GABARITO NO PARQUE DAS DUNAS	MARKES E ARTUR
NET		J13	II		ÁREAS ESPECIAIS DE CONTROLE DE GABARITO	ELIMINAÇÃO DE QUALQUER CONTROLE DE GABARITO NO ENTORNO DO PARQUE DAS DUNAS (TIROL, NOVA DESCOBERTA E CAPIM MACIO).			GABARITO NO PARQUE DAS DUNAS	MARKES E ARTUR
NET		J14	II		ÁREAS ESPECIAIS DE CONTROLE DE GABARITO	NATAL É UMA CIDADE REPLETA DE ALTOS E BAIXOS, NÃO HAVENDO, PORTANTO, LÓGICA NO CONTROLE DE GABARITO EXISTENTE HOJE EM ALGUMAS ÁREAS DA CIDADE QUE USA UMA DIMENSÃO ESPECÍFICA (6.00M EM TRECHOS DE CAPIM MACIO, POR EXEMPLO) COMO LIMITE DE ALTURA DA EDIFICAÇÃO, NÃO HAVENDO OBSERVÂNCIA DA INSERÇÃO DO TERRENO NO CONTEXTO GERAL USANDO COMO ARGUMENTO PROTEÇÃO DA PAISAGEM. NO TRECHO DA AV ROBERTO FREIRE, POR EXEMPLO (NAS PROXIMIDADES DA FIAT PONTA NEGRA - LADO ESQUERDO SENTIDO CENTRO -PONTA NEGRA), O CONJUNTO DOS PROFESSORES FICA MUITO ABAIXO DAS CONSTRUÇÕES JÁ EDIFICADAS NA MARGEM, O QUE POSSIBILITARIA UM AUMENTO DA ALTURA DAS EDIFICAÇÕES SEM QUE HOUVESSE NENHUM TIPO DE PREJUÍZO DO CENÁRIO NATURAL DA CIDADE. DEVERIA SIM HAVER UM CONTROLE UTILIZANDO COTA REFERENCIAL PARA O PARQUE DAS DUNAS, PERMITINDO ASSIM UMA MAIOR ELEVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES IMPLANTADAS EM TERRENOS NATURALMENTE BAIXOS EM DETERMINADAS ÁREAS.			GABARITO NA AV. ROBERTO FREIRE	MARKES E ARTUR
NET		J33	II		ÁREAS DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUITETÔNICO E PAISAGÍSTICO	REVITALIZAR E OCUPAR OS PRÉDIOS HISTÓRICOS COM OS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS DA PREFEITURA			PRÉDIOS HISTÓRICOS	MARKES E ARTUR

NET		J35	II		ÁREAS DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUITETÔNICO E PAISAGÍSTICO	TRANSFERIR OS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS PARA A RIBEIRA			ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS	MARKES E ARTUR
NET		J36	II		ÁREAS DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUITETÔNICO E PAISAGÍSTICO	A PROPOSTA TEM COMO OBJETIVO INTEGRAR O CENTRO HISTÓRICO DE NATAL EM UMA ROTA ACESSÍVEL, COM RESTRIÇÃO AO USO DE VEÍCULOS, PRIVILEGIANDO O PEDESTRE E A PAISAGEM DO CENTRO HISTÓRICO. AO MESMO TEMPO, VALORIZA O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO.			CENTRO HISTÓRICO	MARKES E ARTUR
NET		J42	II		AEIS	AS AEIS DEVEM SER MANTIDAS E REGULAMENTADAS, DE FORMA A GARANTIR A PERMANÊNCIA DOS MORADORES E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA URBANA. ALÉM DISSO, SEU ESTUDO DEVE CONSIDERAR QUE ALGUMAS ESTÃO SOBREPOSTAS À ZPAS, E A REGULAMENTAÇÃO DE AMBAS PODERIA SER CONJUNTA.			REGULAMENTAÇÃO	MARKES E ARTUR
NET		J47	II		ROTAS ACESSÍVEIS	O PDN PODERIA PREVER UM PLANO DE MOBILIDADE INTERMUNICIPAL, PRIORIZANDO O TRANSPORTE COLETIVO. UMA ROTA ACESSÍVEL, CONSIDERANDO O PATRIMÔNIO HISTÓRICO E A PAISAGEM DA ORLA, ABARCANDO TAMBÉM O ECOTURISMO E O TURISMO COMUNITÁRIO DAS AEIS PRÓXIMAS À ORLA. A ROTA PODERIA SER SINALIZADA NO PDN E, POSTERIORMENTE, HAVER UMA LEI COMPLEMENTAR QUE A REGULAMENTE E PREVEJA EQUIPAMENTOS PÚBLICOS E INTERVENÇÕES URBANAS DE MELHORIA DA INFRAESTRUTURA.			PLANO DE MOBILIDADE	MARKES E ARTUR
NET		J48	II		ÁREAS DE RISCO	O QUE TEM OCORRIDO NOS ÚLTIMOS TEMPOS É QUE POPULAÇÕES EM ÁREAS DE RISCO SÃO REALOCADAS EM LUGARES ERMOS, SEM INFRAESTRUTURA URBANA APROPRIADA, E REMOVIDOS DO CONTEXTO ONDE HABITAVAM, SENDO PRIVADOS DOS LAÇOS SOCIAIS, SITUAÇÕES DE TRABALHO E CONVIVÊNCIA FAMILIAR DAS QUAIS GOZAVAM. É NECESSÁRIO QUE A REALOCAÇÃO SEJA FEITA DE FORMA QUE O CHOQUE SEJA O MÍNIMO POSSÍVEL, LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO OS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS QUE A POPULAÇÃO NECESSITA NO SEU LUGAR DE DESTINO. ALÉM DISSO, A METODOLOGIA PARA ÁREAS DE RISCO DEVE CONTEMPLAR OUTRAS OPÇÕES ALÉM DA REMOÇÃO DA POPULAÇÃO, E SEMPRE PRIORIZAR UMA REQUALIFICAÇÃO DA ÁREA, E SE NÃO FOR POSSÍVEL, QUE O DESLOCAMENTO SEJA O MÍNIMO POSSÍVEL. O PLANO DIRETOR DEVE CONTEMPLAR ESSAS NECESSIDADES, E ESTABELECEER ARTIGOS QUE SALVAGUARDEM ESSES PRINCÍPIOS. POSSIVELMENTE PORMENORES POSSAM SER DEFINIDOS EM LEI COMPLEMENTAR.O QUE TEM OCORRIDO NOS ÚLTIMOS TEMPOS É QUE POPULAÇÕES EM ÁREAS DE RISCO SÃO REALOCADAS EM LUGARES ERMOS, SEM INFRAESTRUTURA URBANA APROPRIADA, E REMOVIDOS DO CONTEXTO ONDE HABITAVAM, SENDO PRIVADOS DOS LAÇOS SOCIAIS, SITUAÇÕES DE TRABALHO E CONVIVÊNCIA FAMILIAR DAS QUAIS GOZAVAM.			POPULAÇÕES EM ÁREAS DE RISCO	MARKES E ARTUR
NET		J75	II		ÁREAS ESPECIAIS DE CONTROLE DE GABARITO	MANUTENÇÃO DAS ATUAIS PRESCRIÇÕES PARA AS ÁREAS ESPECIAIS DE CONTROLE DE GABARITO, GARANTINDO QUE NÃO HAVERÁ VERTICALIZAÇÃO DA ORLA, E ASSIM MANTER A VENTILAÇÃO E QUALIDADE DA PAISAGEM PARA TURISTAS E CIDADÃOS NATALENSES.			VERTICALIZAÇÃO	MARKES E ARTUR

NET		J76	II	ROTAS ACESSÍVEIS	<p>CRIAÇÃO DE UM PLANO DE ROTAS ACESSÍVEIS E PÚBLICAS À ORLA DE PONTA NEGRA E VIA COSTEIRA, QUE CERTAMENTE CONTRIBUIRÃO PARA MELHOR APROVEITAMENTO TURÍSTICO DA ÁREA.</p>			ACESSO A ORLA	MARKES E ARTUR
NET		J80	II	ÁREAS ESPECIAIS DE CONTROLE DE GABARITO	<p>ACREDITO QUE A ADOÇÃO DA VERTICALIZAÇÃO NAS PRAIAS DA CIDADE VÃO TRAZER SÉRIOS DANOS AO MEIO AMBIENTE, NO SENTIDO DA LIVRE CIRCULAÇÃO DO VENTO, O QUE TORNA NATAL, ATUALMENTE, UMA CIDADE AINDA COM CLIMA BASTANTE AGRADÁVEL E AMENO. OUTRO PONTO A SER CONSIDERADO É A OBSTRUÇÃO DA VISTA PANORÂMICA QUE OS CIDADÃOS E TURISTAS PODEM USUFRUIR EM PONTOS DE PONTA NEGRA, VIA COSTEIRA, PRAIA DO MEIO, DOS ARTISTAS E DO FORTE NO CASO DE SURGIREM PAREDÕES DE CONCRETO E VIDRO. NÃO VEJO COMO A CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS QUE ULTRAPASSAM O GABARITO ATUAL, NA ORLA, POSSAM RESOLVER O PROBLEMA DA SUJEIRA, CONTAMINAÇÃO POR ESGOTO, FALTA DE EQUIPAMENTOS URBANOS E ARBORIZAÇÃO. O DIFERENCIAL DA CIDADE DE NATAL, PARA GRANDE PARTE DE CIDADES LITORÂNEAS BRASILEIRAS, É JUSTAMENTE O VISUAL EXTREMAMENTE EXUBERANTE EXISTENTE E AINDA PRESERVADO QUE DEVERIA SER APROVEITADO EM PROJETOS URBANÍSTICOS SUSTENTÁVEIS QUE TROUXESSEM LAZER, ESPORTE E CULTURA PARA OS MORADORES E TURISTAS. A QUESTÃO DA ÁREA NÃO EDIFICANDI DE PONTA NEGRA NUNCA FOI RESOLVIDA. A ÁREA DA VIA COSTEIRA PODERIA SER MELHORADA, SEM ENTRETANTO O USO INADEQUADO DO PARQUE DAS DUNAS QUE FUNCIONA COMO UMA PROTEÇÃO NATURAL DA CIDADE. A MELHORIA DA PRAIA DO MEIO, ARTISTA E FORTE PODERIA RECEBER UM PROJETO QUE INTEGRASSE O HOTEL DOS REIS MAGOS EM UM COMPLEXO CULTURAL E DE LAZER INTEGRADO AOS LOGRADOUROS VIZINHOS. CONCLUINDO: ACREDITO QUE O DIFERENCIAL PARA ATRAIR TURISTAS EM NATAL, POSSA SER EXATAMENTE O USO SUSTENTÁVEL DE SUAS BELEZAS NATURAIS E NÃO O CONTRÁRIO: A CÓPIA DE MODELOS DECADENTES DE OUTRAS CIDADES LITORÂNEAS. ACREDITO QUE A ADOÇÃO DA VERTICALIZAÇÃO NAS PRAIAS DA CIDADE VÃO TRAZER SÉRIOS DANOS AO MEIO AMBIENTE, NO SENTIDO DA LIVRE CIRCULAÇÃO DO VENTO, O QUE</p>			PAISAGEM DA ORLA	MARKES E ARTUR
NET		J85	II	AEIS	<p>CONSIDERO PRIMORDIAL O RESPEITO AOS CIDADÃOS CARENTES QUE HABITAM AS REGIÕES DITAS NOBRES DE NATAL. COMO EXEMPLO, POSSO CITAR A COMUNIDADE DE BRASILIA TEIMOSA E MÃE LUISA QUE ATUALMENTE SÃO CONSIDERADAS SUJAS, MAL CUIDADAS E RESPONSÁVEIS PELA DEGRADAÇÃO DAS PRAIAS DA ORLA DO CENTRO DE NATAL. ACREDITO DE EXTREMA IMPORTÂNCIA QUE OS PROJETOS URBANÍSTICOS PARA A ORLA PRIVILEGIEM ESSAS COMUNIDADES AS INTEGRANDO AO BAIRRO ONDE ESTÃO INSERIDAS, LEVANDO EQUIPAMENTOS URBANÍSTICOS TAIS COMO CRECHES, ESCOLAS, POSTOS DE SAÚDE E SEGURANÇA. QUE POSSAM CONTAR TAMBÉM COM MOBILIDADE URBANA, SANEAMENTO, RUAS CALÇADAS E UM PROGRAMA DE INCENTIVO À MELHORIA DAS RESIDÊNCIAS. NO MEU ENTENDIMENTO A INTEGRAÇÃO DESSAS COMUNIDADES, TRAZENDO DIGNIDADE ÀS PESSOAS QUE MORAM HÁ BASTANTE TEMPO Nesses LOCAIS E PORTANTO COM DIREITOS LEGÍTIMOS A USUFRUÍREM DAS MELHORIAS A SEREM PROPOSTAS. ESSE É O VERDADEIRO PROGRESSO QUE DEVE TER COMO BASE O RESPEITO AOS CIDADÃOS E AO MEIO AMBIENTE.</p>			INTEGRAÇÃO DAS COMUNIDADES	MARKES E ARTUR

NET		J92	II	ÁREAS ESPECIAIS DE CONTROLE DE GABARITO	ENTRE OS DIVERSOS DESAFIOS VISTOS E VIVIDOS EM SOCIEDADE, OS IMPACTOS AMBIENTAIS SÃO OS QUE MAIS PREOCUPAM A VIDA DAS PESSOAS NA ATUALIDADE. NESSE CONTEXTO, É DE SUMA IMPORTÂNCIA A PERMANÊNCIA DO CONTROLE DE GABARITO NAS REGIÕES EM QUE O PLANO DIRETOR DE 2007 APLICA, TENDO COMO EXEMPLO: AS ZONAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL, ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE TURÍSTICO E DENTRE OUTRAS ZONAS QUE SÃO IMPORTANTES PARA O MUNICÍPIO. COM ISSO, A CIDADE NÃO IRIA SOFRER COM ADENSAMENTO DAS VERTICALIZAÇÕES, PRINCIPALMENTE NA REGIÃO DA ORLA MARÍTIMA, A QUAL É A LOCALIDADE EM QUE VEM UMA GRANDE QUANTIDADE DE VENTILAÇÃO PARA CIDADE E TAMBÉM UMA DAS REGIÕES CONHECIDAS COMO O CARTÃO POSTAL DE NATAL.			VERTICALIZAÇÃO	MARKES E ARTUR
NET		J94	II	ÁREAS ESPECIAIS DE CONTROLE DE GABARITO	VENHO POR ESSA CONTRIBUIÇÃO ALERTAR PARA O CUIDADO QUE TEMOS QUE TER COM NOSSA ORLA. SOMOS UMA CIDADE QUE TEM BOA PARTE DE SUA RECEITA ORIUNDAS DO TURISMO, PRINCIPALMENTE EM MOMENTOS DE CRISE NA INDÚSTRIA E ALTA DO DÓLAR. CONHECIDOS COMO A CIDADE DO SOL, CASO ACONTECE O QUE MUITOS POLÍTICOS E JORNALISTAS LOCAIS PEDEM COM O INTUITO DE MODERNIZAR A ORLA, SUGEREM AUMENTO DO GABARITO PRÓXIMO A ORLA, TEREMOS UMA PRAIA COM VÁRIOS PONTOS DE SOMBRA CAUSADA PELOS ESPIGÕES. CLARO QUE TERÍAMOS OUTROS PROBLEMAS DE INFRAESTRUTURA QUE EM UMA SITUAÇÃO DE AUMENTO DA DENSIDADE DA ORLA A PREFEITURA PODERIA MELHORAR, MAS SOMBRA NA PRAIA SÓ RESOLVE COM ENGORDA DA PRAIA, OQ OCORREU EM BALNEÁRIO CAMBURIÚ E É BASTANTE INCOERENTE E CARO PROS COFRES PÚBLICOS. FICA AQUI MINHA CONTRIBUIÇÃO, ESPERANDO RACIONALIDADE E CALMA DIANTE DE TEMAS COMO ESSE, QUE NÃO PODE SER VISTO COM UM OLHAR RADICAL PARA UM LADO OU PARA O OUTRO, O MEIO TERMO É O MELHOR CAMINHO. DEVEMOS OLHAR AS CIDADES COSTEIRAS DO NOSSO BRASIL E SE ESPELHAR MENOS EM BALNEÁRIO CAMBURIÚ, RECIFE E VILA VELHA/ES (QUE OS BANHISTAS SOFREM PRA TOMAR SOL) E MAIS NA NOSSA VIZINHA JOÃO PESSOA, QUE POSSUI EDIFÍCIOS RESIDENCIAIS DE ALTO PADRÃO NA ORLA, PORÉM COM CONTROLE DE GABARITO E PRAIA COM SOL PLENO. ABAIXO IMAGENS DAS ORLAS DAS CIDADES CITADAS E A ORLA E JOÃO PESSOA QUE DEVERIA SER NOSSA INSPIRAÇÃO. ATT. IGOR DE GOISVENHO			VERTICALIZAÇÃO NA ORLA	MARKES E ARTUR
NET		J103	II	ÁREAS ESPECIAIS DE CONTROLE DE GABARITO	MANUTENÇÃO DAS ATUAIS PRESCRIÇÕES PARA AS ÁREAS ESPECIAIS DE CONTROLE DE GABARITO, GARANTINDO QUE NÃO HAVERÁ VERTICALIZAÇÃO DA ORLA, E ASSIM MANTER A VENTILAÇÃO E QUALIDADE DA PAISAGEM PARA TURISTAS E CIDADÃOS NATALENSES.			VERTICALIZAÇÃO	MARKES E ARTUR

NET		J107	II	AEIS	<p>qualquer alteração no Plano Diretor. Após a regulamentação, é necessário um Plano de gestão integrada, que contenha comissão e fundo, para que junto com a comunidade da maneira mais participativa e inclusiva, e obedecendo a LEI Nº 11.888, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2008 que: "Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005."</p> <p>Isto inclui, o Princípio da gestão democrática da cidade, garantido para além da regulamentação, regularização fundiária, um plano de qualificação da segurança em áreas com situações de risco, e um plano urbanístico.</p> <p>Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11888.htm</p> <p>Manual da Assistência Técnica: http://www.iab.org.br/sites/default/files/documentos/manual-para-implantacao-da-assistencia-tecnica-publica-e-gratuiata.pdf</p> <p>Para além disso, buscar cumprir o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 11 da Agenda 2030 da ONU, que pretende até 2030, implementar assentamentos e cidades seguras, inclusivas, resilientes e sustentáveis.</p> <p>Até 2030, garantir o acesso de todos a habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas</p> <p>11.2 Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos</p> <p>11.3 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e a capacidade para o planejamento e a gestão participativa, integrada e</p>			PLANO DE GESTÃO INTEGRADA	MARKES E ARTUR
NET		J122	II	ÁREAS ESPECIAIS DE CONTROLE DE GABARITO	MANUTENÇÃO DAS ATUAIS PRESCRIÇÕES PARA AS AECGS;			MANUTENÇÃO DAS PRESCRIÇÕES	MARKES E ARTUR
NET		J123	II	ROTAS ACESSÍVEIS	CRIAÇÃO DE UM PLANO DE ROTAS ACESSÍVEIS E PÚBLICAS À ORLA DE PONTA NEGRA E VIA COSTEIRA;			PLANO DE ROTAS NA ORLA	MARKES E ARTUR
NET		J128	II	AEIS	<p>MANTER NA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE NATAL, AS ÁREAS DE INTERESSES SOCIAIS, ASSIM ASSIM COMO AGILIZAR SUAS REGULAMENTAÇÕES. A PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL, DEVE CRIAR INSTRUMENTOS E ESTRUTURAR A SEMURB, AUMENTANDO SUA EQUIPE TÉCNICA, PARA FINS DA CRIAÇÃO DE UM DEPARTAMENTO EXCLUSIVO PARA GARANTIR O CUMPRIMENTO (APLICAÇÃO), DE SUAS FUNÇÕES SOCIAIS DO PLANO DIRETOR. POR MAIS EFICAZ QUE SEJA O PLANO DIRETOR DE OMA CIDADE, DE NADA ADIANTA SE A GESTÃO NÃO SE ESTRUTURAR, PARA FAZER COM QUE SEJA GARANTIDO O QUE DETERMINA A LEI.</p>			REGULAMENTAÇÃO	MARKES E ARTUR
NET		J138	II	AEIS	<p>OUC PARA AS AEIS - A CRIAÇÃO E DELIMITAÇÃO DAS AEIS PODE AO LONGO DO TEMPO SURTIR OS EFEITOS DESEJADOS COMO AUMENTO DA RENDA PER CAPITA OU NÃO SURTIR ESSES EFEITOS. A SUGESTÃO É NO SENTIDO DE DELIMITAR TODAS AS ÁREAS DAS AEIS E SEU ENTORNO ECONOMICAMENTE VIÁVEL COMO POSSÍVEIS ÁREAS PARA A IMPLANTAÇÃO DE OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS.</p>			OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS	MARKES E ARTUR

NET		J141	II	AEIS	<p>O PLANO DIRETOR DE NATAL, DEFINE COMO DESCRIÇÃO E OBJETIVO DAS AEIS: “ART. 22 - ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL, DEMARCADAS NO MAPA 4 DO ANEXO II, DEFINIDAS NA MANCHA DE INTERESSE SOCIAL E PELOS SEUS ATRIBUTOS MORFOLÓGICOS, SÃO AQUELAS SITUADAS EM TERRENOS PÚBLICOS OU PARTICULARES DESTINADAS À PRODUÇÃO, MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE HABITAÇÕES E/OU REGULARIZAÇÃO DO SOLO URBANO E À PRODUÇÃO DE ALIMENTOS COM VISTAS A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, TUDO EM CONSONÂNCIA COM A POLÍTICA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL PARA O MUNICÍPIO DE NATAL [...]”</p> <p>PASSADOS 12 ANOS DA LEI, E 25 ANOS DO USO DESTE INSTRUMENTO EM NATAL, ANÁLISES PRELIMINARES APONTAM QUE OS OBJETIVOS NÃO VÊM SENDO ATINGIDOS. CONSIDERANDO O BAIRRO DE MÃE LUIZA, QUE ESTÁ TODO INSERIDO EM UMA AEIS REGULAMENTADA, OS DADOS DO IBGE APONTAM QUE ENTRE 2000 E 2016, O BAIRRO DIMINUIU SUA POPULAÇÃO EM 1.796 HABITANTES, O QUE REPRESENTA 11% DE SUA POPULAÇÃO. OU SEJA, A ADOÇÃO DE RESTRIÇÕES AO REMEMBRAMENTO E CONTROLE DE GABARITO DESSAS ÁREAS, COM O INTUITO DE EVITAR A DITA “EXPULSÃO BRANCA” DO MERCADO IMOBILIÁRIO, TEM PROPORCIONADO A DIMINUIÇÃO DESSA POPULAÇÃO. DEVE-SE CONSIDERAR QUE ESTE IMPEDIMENTO CAUSA UM CONGELAMENTO DA DINÂMICA SÓCIO-ECONOMICA, IMPEDINDO POR EXEMPLO, O CRESCIMENTO DOS PEQUENOS NEGÓCIOS LOCAIS. ALÉM DISSO, A RESTRIÇÃO DE GABARITO DE 7,5M NÃO APRESENTA NENHUMA JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA ESSA VALOR, CONSIDERANDO, POR EXEMPLO, QUE O PADRÃO DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO BRASIL É DE 4 PAVIMENTOS, APROXIMADAMENTE 12M. NÃO HÁ DÚVIDA QUE É SALUTAR O OBJETIVO DE PERMITIR A PERMANÊNCIA DESSAS POPULAÇÕES, SE ASSIM ELAS QUISEREM, NESSAS ÁREAS. DIANTE DO EXPOSTO, SEGUE PROPOSTA REFERENTE ÀS AEIS: -AEIS COMO ÁREAS PRIORITÁRIAS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, PERMITINDO</p>			REGULAÇÃO; TERRENOS VAZIOS	MARKES E ARTUR
NET		J142	II	AEIS	<p>OCUPAÇÃO E GABARITO NAS AEIS – PERMITIR 100% DE OCUPAÇÃO DOS LOTES NAS AEIS, 6 PAVIMENTOS, RUAS PARA PEDESTRES E CONCESSÃO DE OUTORGA NÃO ONEROSA DE MODO A QUE SE CONSIGA DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MANUTENÇÃO DA POPULAÇÃO NO LOCAL.</p>			OCUPAÇÃO E GABARITO NAS AEIS	MARKES E ARTUR
NET		J51	II	ÁREAS DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUITETÔNICO E PAISAGÍSTICO	<p>INCLUSÃO, NO PLANO DIRETOR, DE MAPEAMENTO DAS DUNAS REMANESCENTES EM NATAL, ESTANDO OU NÃO DENTRO DE ZONAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL, E REGULAMENTAÇÃO DE SUAS ÁREAS, VISANDO PRESERVAÇÃO E APLICAÇÃO MAIS RIGOROSA DE LEIS DE PROTEÇÃO. O MAPA PODE INDICAR A LOCALIZAÇÃO DE TODAS AS DUNAS DENTRO DO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO, E SUA REGULAMENTAÇÃO DEVE CONSIDERAR INDIVIDUALMENTE A RELAÇÃO DE CADA UMA COM ALGUMA POSSÍVEL ZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL, ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL OU ÁREAS DE RISCO, E COM A URBANIDADE AO REDOR (PROXIMIDADE DE VIAS, POR EXEMPLO), PARA MELHOR APLICABILIDADE DAS LEIS EM CADA UMA DELAS</p>			DUNAS REMANESCENTES	MARKES E ARTUR
NET		J135	II	AEIS	<p>A CRIAÇÃO E DELIMITAÇÃO DAS AEIS PODE AO LONGO DO TEMPO SURTIR OS EFEITOS DESEJADOS COMO AUMENTO DA RENDA PER CAPITA OU NÃO SURTIR ESSES EFEITOS. A SUGESTÃO É NO SENTIDO DE SE FAZER PLEBISCITOS PERIÓDICOS, SEMPRE NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS ANTERIORES AS REVISÕES DO PLANO DIRETOR DE MODO QUE A SOBERANIA POPULAR SEJA EXERCIDA PELO SUFRÁGIO UNIVERSAL E PELO VOTO DIRETO E SECRETO, COM VALOR IGUAL PARA TODOS, NOS TERMOS DA CONSTITUIÇÃO.</p>			PLEBISCITOS	MARKES E ARTUR

NET		J143	II	AEIS	<p>"Art. 22 - Áreas Especiais de Interesse Social, demarcadas no Mapa 4 do Anexo II, definidas na Mancha de Interesse Social e pelos seus atributos morfológicos, são aquelas situadas em terrenos públicos ou particulares destinadas à produção, manutenção e recuperação de habitações e/ou regularização do solo urbano e à produção de alimentos com vistas a segurança alimentar e nutricional, tudo em consonância com a política de habitação de interesse social para o Município de Natal [...]"</p> <p>Passados 12 anos da Lei, e 25 anos do uso deste instrumento em Natal, análises preliminares apontam que os objetivos não vêm sendo atingidos. Considerando o bairro de Mãe Luiza, que está todo inserido em uma AEIS regulamentada, os dados do IBGE apontam que entre 2000 e 2016, o bairro diminuiu sua população em 1.796 habitantes, o que representa 11% de sua população.</p> <p>Ou seja, a adoção de restrições ao remembramento e controle de gabarito dessas áreas, com o intuito de evitar a dita "expulsão branca" do mercado imobiliário, tem proporcionado a diminuição dessa população. Deve-se considerar que este impedimento causa um congelamento da dinâmica sócio-econômica, impedindo por exemplo, o crescimento dos pequenos negócios locais.</p> <p>Além disso, a restrição de gabarito de 7,5m não apresenta nenhuma justificativa técnica para essa valor, considerando, por exemplo, que o padrão da habitação de interesse social no Brasil é de 4 pavimentos, aproximadamente 12m.</p> <p>Não há dúvida que é salutar o objetivo de permitir a permanência dessas populações, se assim elas quiserem, nessas áreas. Diante do exposto, segue proposta referente às AEIS:</p> <ul style="list-style-type: none"> -AEIS como áreas prioritárias de regularização fundiária, permitindo 100% de ocupação do solo; - Permitir o remembramento do solo; -Eliminar o controle de gabarito, ou, pelo menos, redefinir para 12m, 4 			REGULAMENTAÇÃO	MARKES E ARTUR
-----	--	------	----	------	---	--	--	----------------	----------------

NET		J144	II	AEIS	<p>- Áreas Especiais de Interesse Social, demarcadas no Mapa 4 do Anexo II, definidas na Mancha de Interesse Social e pelos seus atributos morfológicos, são aquelas situadas em terrenos públicos ou particulares destinadas à produção, manutenção e recuperação de habitações e/ou regularização do solo urbano e à produção de alimentos com vistas a segurança alimentar e nutricional, tudo em consonância com a política de habitação de interesse social para o Município de Natal [...]" Passados 12 anos da Lei, e 25 anos do uso deste instrumento em Natal, análises preliminares apontam que os objetivos não vêm sendo atingidos. Considerando o bairro de Mãe Luiza, que está todo inserido em uma AEIS regulamentada, os dados do IBGE apontam que entre 2000 e 2016, o bairro diminuiu sua população em 1.796 habitantes, o que representa 11% de sua população. Ou seja, a adoção de restrições ao remembramento e controle de gabarito dessas áreas, com o intuito de evitar a dita "expulsão branca" do mercado imobiliário, tem proporcionado a diminuição dessa população. Deve-se considerar que este impedimento causa um congelamento da dinâmica sócio-econômica, impedindo por exemplo, o crescimento dos pequenos negócios locais. Além disso, a restrição de gabarito de 7,5m não apresenta nenhuma justificativa técnica para esse valor, considerando, por exemplo, que o padrão da habitação de interesse social no Brasil é de 4 pavimentos, aproximadamente 12m. Não há dúvida que é salutar o objetivo de permitir a permanência dessas populações, se assim elas quiserem, nessas áreas. Diante do exposto, segue proposta referente às AEIS: -AEIS como áreas prioritárias de regularização fundiária, permitindo 100% de ocupação do solo; - Permitir o remembramento do solo; -Eliminar o controle de gabarito, ou, pelo menos, redefinir para 12m, 4 pavimentos; -Incorporar o instrumento Operação Urbana Consorciada em todas as AEIS; -IPTU com alíquota diferenciada para as populações originais, não abrangido para novos empreendimentos; -Outorga não-onerosa para AEIS; -Criação de ruas exclusiva para pedestres quando o leito das vias não atingirem pelo menos 12m; -Empreendimentos com permeabilidade visual e fruição pública, ou seja, não permitir empreendimentos com fachadas e muros cegos com o</p>			REGULAMENTAÇÃO	MARKES E ARTUR
-----	--	------	----	------	---	--	--	----------------	----------------

NET		J145	II	AEIS	<p>- Áreas Especiais de Interesse Social, demarcadas no Mapa 4 do Anexo II, definidas na Mancha de Interesse Social e pelos seus atributos morfológicos, são aquelas situadas em terrenos públicos ou particulares destinadas à produção, manutenção e recuperação de habitações e/ou regularização do solo urbano e à produção de alimentos com vistas a segurança alimentar e nutricional, tudo em consonância com a política de habitação de interesse social para o Município de Natal [...]" Passados 12 anos da Lei, e 25 anos do uso deste instrumento em Natal, análises preliminares apontam que os objetivos não vêm sendo atingidos. Considerando o bairro de Mãe Luiza, que está todo inserido em uma AEIS regulamentada, os dados do IBGE apontam que entre 2000 e 2016, o bairro diminuiu sua população em 1.796 habitantes, o que representa 11% de sua população. Ou seja, a adoção de restrições ao remembramento e controle de gabarito dessas áreas, com o intuito de evitar a dita "expulsão branca" do mercado imobiliário, tem proporcionado a diminuição dessa população. Deve-se considerar que este impedimento causa um congelamento da dinâmica sócio-econômica, impedindo por exemplo, o crescimento dos pequenos negócios locais. Além disso, a restrição de gabarito de 7,5m não apresenta nenhuma justificativa técnica para esse valor, considerando, por exemplo, que o padrão da habitação de interesse social no Brasil é de 4 pavimentos, aproximadamente 12m. Não há dúvida que é salutar o objetivo de permitir a permanência dessas populações, se assim elas quiserem, nessas áreas. Diante do exposto, segue proposta referente às AEIS: -AEIS como áreas prioritárias de regularização fundiária, permitindo 100% de ocupação do solo; - Permitir o remembramento do solo; -Eliminar o controle de gabarito, ou, pelo menos, redefinir para 12m, 4 pavimentos; -Incorporar o instrumento Operação Urbana Consorciada em todas as AEIS; -IPTU com alíquota diferenciada para as populações originais, não abrangido para novos empreendimentos; -Outorga não-onerosa para AEIS; -Criação de ruas exclusiva para pedestres quando o leito das vias não atingirem pelo menos 12m; -Empreendimentos com permeabilidade visual e fruição pública, ou seja, não permitir empreendimentos com fachadas e muros cegos com o</p>			REGULAMENTAÇÃO	MARKES E ARTUR
-----	--	------	----	------	---	--	--	----------------	----------------

NET		J146	II	AEIS	<p>- Áreas Especiais de Interesse Social, demarcadas no Mapa 4 do Anexo II, definidas na Mancha de Interesse Social e pelos seus atributos morfológicos, são aquelas situadas em terrenos públicos ou particulares destinadas à produção, manutenção e recuperação de habitações e/ou regularização do solo urbano e à produção de alimentos com vistas a segurança alimentar e nutricional, tudo em consonância com a política de habitação de interesse social para o Município de Natal [...]" Passados 12 anos da Lei, e 25 anos do uso deste instrumento em Natal, análises preliminares apontam que os objetivos não vêm sendo atingidos. Considerando o bairro de Mãe Luiza, que está todo inserido em uma AEIS regulamentada, os dados do IBGE apontam que entre 2000 e 2016, o bairro diminuiu sua população em 1.796 habitantes, o que representa 11% de sua população. Ou seja, a adoção de restrições ao remembramento e controle de gabarito dessas áreas, com o intuito de evitar a dita "expulsão branca" do mercado imobiliário, tem proporcionado a diminuição dessa população. Deve-se considerar que este impedimento causa um congelamento da dinâmica sócio-econômica, impedindo por exemplo, o crescimento dos pequenos negócios locais. Além disso, a restrição de gabarito de 7,5m não apresenta nenhuma justificativa técnica para esse valor, considerando, por exemplo, que o padrão da habitação de interesse social no Brasil é de 4 pavimentos, aproximadamente 12m. Não há dúvida que é salutar o objetivo de permitir a permanência dessas populações, se assim elas quiserem, nessas áreas. Diante do exposto, segue proposta referente às AEIS: -AEIS como áreas prioritárias de regularização fundiária, permitindo 100% de ocupação do solo; - Permitir o remembramento do solo; -Eliminar o controle de gabarito, ou, pelo menos, redefinir para 12m, 4 pavimentos; -Incorporar o instrumento Operação Urbana Consorciada em todas as AEIS; -IPTU com alíquota diferenciada para as populações originais, não abrangido para novos empreendimentos; -Outorga não-onerosa para AEIS; -Criação de ruas exclusiva para pedestres quando o leito das vias não atingirem pelo menos 12m; -Empreendimentos com permeabilidade visual e fruição pública, ou seja, não permitir empreendimentos com fachadas e muros cegos com o</p>			REGULAMENTAÇÃO	MARKES E ARTUR
-----	--	------	----	------	---	--	--	----------------	----------------

NET		J147	II	AEIS	<p>- Áreas Especiais de Interesse Social, demarcadas no Mapa 4 do Anexo II, definidas na Mancha de Interesse Social e pelos seus atributos morfológicos, são aquelas situadas em terrenos públicos ou particulares destinadas à produção, manutenção e recuperação de habitações e/ou regularização do solo urbano e à produção de alimentos com vistas a segurança alimentar e nutricional, tudo em consonância com a política de habitação de interesse social para o Município de Natal [...]" Passados 12 anos da Lei, e 25 anos do uso deste instrumento em Natal, análises preliminares apontam que os objetivos não vêm sendo atingidos. Considerando o bairro de Mãe Luiza, que está todo inserido em uma AEIS regulamentada, os dados do IBGE apontam que entre 2000 e 2016, o bairro diminuiu sua população em 1.796 habitantes, o que representa 11% de sua população. Ou seja, a adoção de restrições ao remembramento e controle de gabarito dessas áreas, com o intuito de evitar a dita "expulsão branca" do mercado imobiliário, tem proporcionado a diminuição dessa população. Deve-se considerar que este impedimento causa um congelamento da dinâmica sócio-econômica, impedindo por exemplo, o crescimento dos pequenos negócios locais. Além disso, a restrição de gabarito de 7,5m não apresenta nenhuma justificativa técnica para esse valor, considerando, por exemplo, que o padrão da habitação de interesse social no Brasil é de 4 pavimentos, aproximadamente 12m. Não há dúvida que é salutar o objetivo de permitir a permanência dessas populações, se assim elas quiserem, nessas áreas. Diante do exposto, segue proposta referente às AEIS: -AEIS como áreas prioritárias de regularização fundiária, permitindo 100% de ocupação do solo; - Permitir o remembramento do solo; -Eliminar o controle de gabarito, ou, pelo menos, redefinir para 12m, 4 pavimentos; -Incorporar o instrumento Operação Urbana Consorciada em todas as AEIS; -IPTU com alíquota diferenciada para as populações originais, não abrangido para novos empreendimentos; -Outorga não-onerosa para AEIS; -Criação de ruas exclusiva para pedestres quando o leito das vias não atingirem pelo menos 12m; -Empreendimentos com permeabilidade visual e fruição pública, ou seja, não permitir empreendimentos com fachadas e muros cegos com o</p>			REGULAMENTAÇÃO	MARKES E ARTUR
-----	--	------	----	------	---	--	--	----------------	----------------

NET		J148	II	AEIS	<p>- Áreas Especiais de Interesse Social, demarcadas no Mapa 4 do Anexo II, definidas na Mancha de Interesse Social e pelos seus atributos morfológicos, são aquelas situadas em terrenos públicos ou particulares destinadas à produção, manutenção e recuperação de habitações e/ou regularização do solo urbano e à produção de alimentos com vistas a segurança alimentar e nutricional, tudo em consonância com a política de habitação de interesse social para o Município de Natal [...]" Passados 12 anos da Lei, e 25 anos do uso deste instrumento em Natal, análises preliminares apontam que os objetivos não vêm sendo atingidos. Considerando o bairro de Mãe Luiza, que está todo inserido em uma AEIS regulamentada, os dados do IBGE apontam que entre 2000 e 2016, o bairro diminuiu sua população em 1.796 habitantes, o que representa 11% de sua população. Ou seja, a adoção de restrições ao remembramento e controle de gabarito dessas áreas, com o intuito de evitar a dita "expulsão branca" do mercado imobiliário, tem proporcionado a diminuição dessa população. Deve-se considerar que este impedimento causa um congelamento da dinâmica sócio-econômica, impedindo por exemplo, o crescimento dos pequenos negócios locais. Além disso, a restrição de gabarito de 7,5m não apresenta nenhuma justificativa técnica para esse valor, considerando, por exemplo, que o padrão da habitação de interesse social no Brasil é de 4 pavimentos, aproximadamente 12m. Não há dúvida que é salutar o objetivo de permitir a permanência dessas populações, se assim elas quiserem, nessas áreas. Diante do exposto, segue proposta referente às AEIS: -AEIS como áreas prioritárias de regularização fundiária, permitindo 100% de ocupação do solo; - Permitir o remembramento do solo; -Eliminar o controle de gabarito, ou, pelo menos, redefinir para 12m, 4 pavimentos; -Incorporar o instrumento Operação Urbana Consorciada em todas as AEIS; -IPTU com alíquota diferenciada para as populações originais, não abrangido para novos empreendimentos; -Outorga não-onerosa para AEIS; -Criação de ruas exclusiva para pedestres quando o leito das vias não atingirem pelo menos 12m; -Empreendimentos com permeabilidade visual e fruição pública, ou seja, não permitir empreendimentos com fachadas e muros cegos com o</p>			REGULAMENTAÇÃO	MARKES E ARTUR
-----	--	------	----	------	---	--	--	----------------	----------------

NET		J149	II	AEIS	<p>- Áreas Especiais de Interesse Social, demarcadas no Mapa 4 do Anexo II, definidas na Mancha de Interesse Social e pelos seus atributos morfológicos, são aquelas situadas em terrenos públicos ou particulares destinadas à produção, manutenção e recuperação de habitações e/ou regularização do solo urbano e à produção de alimentos com vistas a segurança alimentar e nutricional, tudo em consonância com a política de habitação de interesse social para o Município de Natal [...]" Passados 12 anos da Lei, e 25 anos do uso deste instrumento em Natal, análises preliminares apontam que os objetivos não vêm sendo atingidos. Considerando o bairro de Mãe Luiza, que está todo inserido em uma AEIS regulamentada, os dados do IBGE apontam que entre 2000 e 2016, o bairro diminuiu sua população em 1.796 habitantes, o que representa 11% de sua população. Ou seja, a adoção de restrições ao remembramento e controle de gabarito dessas áreas, com o intuito de evitar a dita "expulsão branca" do mercado imobiliário, tem proporcionado a diminuição dessa população. Deve-se considerar que este impedimento causa um congelamento da dinâmica sócio-econômica, impedindo por exemplo, o crescimento dos pequenos negócios locais. Além disso, a restrição de gabarito de 7,5m não apresenta nenhuma justificativa técnica para esse valor, considerando, por exemplo, que o padrão da habitação de interesse social no Brasil é de 4 pavimentos, aproximadamente 12m. Não há dúvida que é salutar o objetivo de permitir a permanência dessas populações, se assim elas quiserem, nessas áreas. Diante do exposto, segue proposta referente às AEIS: -AEIS como áreas prioritárias de regularização fundiária, permitindo 100% de ocupação do solo; - Permitir o remembramento do solo; -Eliminar o controle de gabarito, ou, pelo menos, redefinir para 12m, 4 pavimentos; -Incorporar o instrumento Operação Urbana Consorciada em todas as AEIS; -IPTU com alíquota diferenciada para as populações originais, não abrangido para novos empreendimentos; -Outorga não-onerosa para AEIS; -Criação de ruas exclusiva para pedestres quando o leito das vias não atingirem pelo menos 12m; -Empreendimentos com permeabilidade visual e fruição pública, ou seja, não permitir empreendimentos com fachadas e muros cegos com o</p>			REGULAMENTAÇÃO	MARKES E ARTUR
-----	--	------	----	------	---	--	--	----------------	----------------

NET		J150	II	AEIS	<p>- Áreas Especiais de Interesse Social, demarcadas no Mapa 4 do Anexo II, definidas na Mancha de Interesse Social e pelos seus atributos morfológicos, são aquelas situadas em terrenos públicos ou particulares destinadas à produção, manutenção e recuperação de habitações e/ou regularização do solo urbano e à produção de alimentos com vistas a segurança alimentar e nutricional, tudo em consonância com a política de habitação de interesse social para o Município de Natal [...]" Passados 12 anos da Lei, e 25 anos do uso deste instrumento em Natal, análises preliminares apontam que os objetivos não vêm sendo atingidos. Considerando o bairro de Mãe Luiza, que está todo inserido em uma AEIS regulamentada, os dados do IBGE apontam que entre 2000 e 2016, o bairro diminuiu sua população em 1.796 habitantes, o que representa 11% de sua população. Ou seja, a adoção de restrições ao remembramento e controle de gabarito dessas áreas, com o intuito de evitar a dita "expulsão branca" do mercado imobiliário, tem proporcionado a diminuição dessa população. Deve-se considerar que este impedimento causa um congelamento da dinâmica sócio-econômica, impedindo por exemplo, o crescimento dos pequenos negócios locais. Além disso, a restrição de gabarito de 7,5m não apresenta nenhuma justificativa técnica para esse valor, considerando, por exemplo, que o padrão da habitação de interesse social no Brasil é de 4 pavimentos, aproximadamente 12m. Não há dúvida que é salutar o objetivo de permitir a permanência dessas populações, se assim elas quiserem, nessas áreas. Diante do exposto, segue proposta referente às AEIS: -AEIS como áreas prioritárias de regularização fundiária, permitindo 100% de ocupação do solo; - Permitir o remembramento do solo; -Eliminar o controle de gabarito, ou, pelo menos, redefinir para 12m, 4 pavimentos; -Incorporar o instrumento Operação Urbana Consorciada em todas as AEIS; -IPTU com alíquota diferenciada para as populações originais, não abrangido para novos empreendimentos; -Outorga não-onerosa para AEIS; -Criação de ruas exclusiva para pedestres quando o leito das vias não atingirem pelo menos 12m; -Empreendimentos com permeabilidade visual e fruição pública, ou seja, não permitir empreendimentos com fachadas e muros cegos com o</p>			REGULAMENTAÇÃO	MARKES E ARTUR
-----	--	------	----	------	---	--	--	----------------	----------------

NET		J151	II	AEIS	<p>- Áreas Especiais de Interesse Social, demarcadas no Mapa 4 do Anexo II, definidas na Mancha de Interesse Social e pelos seus atributos morfológicos, são aquelas situadas em terrenos públicos ou particulares destinadas à produção, manutenção e recuperação de habitações e/ou regularização do solo urbano e à produção de alimentos com vistas a segurança alimentar e nutricional, tudo em consonância com a política de habitação de interesse social para o Município de Natal [...]" Passados 12 anos da Lei, e 25 anos do uso deste instrumento em Natal, análises preliminares apontam que os objetivos não vêm sendo atingidos. Considerando o bairro de Mãe Luiza, que está todo inserido em uma AEIS regulamentada, os dados do IBGE apontam que entre 2000 e 2016, o bairro diminuiu sua população em 1.796 habitantes, o que representa 11% de sua população. Ou seja, a adoção de restrições ao remembramento e controle de gabarito dessas áreas, com o intuito de evitar a dita "expulsão branca" do mercado imobiliário, tem proporcionado a diminuição dessa população. Deve-se considerar que este impedimento causa um congelamento da dinâmica sócio-econômica, impedindo por exemplo, o crescimento dos pequenos negócios locais. Além disso, a restrição de gabarito de 7,5m não apresenta nenhuma justificativa técnica para esse valor, considerando, por exemplo, que o padrão da habitação de interesse social no Brasil é de 4 pavimentos, aproximadamente 12m. Não há dúvida que é salutar o objetivo de permitir a permanência dessas populações, se assim elas quiserem, nessas áreas. Diante do exposto, segue proposta referente às AEIS: -AEIS como áreas prioritárias de regularização fundiária, permitindo 100% de ocupação do solo; - Permitir o remembramento do solo; -Eliminar o controle de gabarito, ou, pelo menos, redefinir para 12m, 4 pavimentos; -Incorporar o instrumento Operação Urbana Consorciada em todas as AEIS; -IPTU com alíquota diferenciada para as populações originais, não abrangido para novos empreendimentos; -Outorga não-onerosa para AEIS; -Criação de ruas exclusiva para pedestres quando o leito das vias não atingirem pelo menos 12m; -Empreendimentos com permeabilidade visual e fruição pública, ou seja, não permitir empreendimentos com fachadas e muros cegos com o</p>			REGULAMENTAÇÃO	MARKES E ARTUR
NET		J186	II	AEIS	<p>Muito se fala sobre o decrescente populacional de Natal como todo, sobretudo na zona leste. Entretanto, pouco se fala que esse contexto se relaciona com a dinâmica do PMCMV, em que apenas 200 unidades domiciliares foram entregues na zona leste e um número bem maior em bairros distantes e até mesmo em outras cidades da zona metropolitana. Essas pessoas não se mudaram simplesmente, elas foram removidas. É super necessária a criação de instrumentos que combatam essa dinâmica de remoções, incluindo identificação de vazios e áreas abandonadas em AEIS e incentivo para construção de habitação social nesses espaços.</p> <p>Sobre essa Dinâmica do PMCMV, consultar pag. 89 da dissertação de Beatriz Fontenele, do PPEUR/UFRN e Observatório das Metrôpoles. Tamanho do arquivo excede o tamanho permitido para upload.Muito se fala sobre o decrescente populacional de Natal como todo, sobretudo na zona leste. Entretanto, pouco se fala que esse contexto se relaciona com a dinâmica do PMCMV, em que apenas 200 unidades domiciliares foram entregues na zona leste e um número bem maior em bairros distantes e até mesmo em outras cidades da zona metropolitana. Essas pessoas não se mudaram simplesmente, elas foram removidas. É super necessária a criação de instrumentos que combatam essa dinâmica de remoções, incluindo identificação de vazios e áreas abandonadas em AEIS e incentivo para construção de habitação social nesses espaços.</p>			REMOÇÃO DE MORADORES	MARKES E ARTUR

NET		J197	II	ÁREAS ESPECIAIS DE CONTROLE DE GABARITO	<p>A cidade de Natal tem entre as atividades econômicas mais relevantes o turismo. Diferente de outras capitais, a natureza presente na orla encanta a todos, não só os que nos visitam, como também é um direito do cidadão natalense poder desfrutar daquele que é o nosso cartão postal mais difundido mundo a fora - as imagens de nossas praias urbanas.</p> <p>Por outro lado, é na orla que se encontram comunidades que historicamente ocuparam essa porção de terra que antes não despertava o interesse dos natalenses de mais alta renda. É por ocuparem esses locais há décadas, que essas comunidades tem a oportunidade de morar perto do trabalho e dos serviços essenciais e não na periferia para onde são deslocados os natalenses de mais baixa renda sempre que se pretende uma "higienização" de alguma área da cidade.</p> <p>Pelo direito de usufruir a paisagem costeira da cidade, pelo direito ao conforto ambiental, pelo direito de permanecer em seus locais tradicionais de moradia é fundamental a manutenção do controle de gabarito nas ZETs.</p> <p>A cidade de Natal tem entre as atividades econômicas mais relevantes o turismo. Diferente de outras capitais, a natureza presente na orla encanta a todos, não só os que nos visitam, como também é um direito do cidadão natalense poder desfrutar daquele que é o nosso cartão postal mais difundido mundo a fora - as imagens de nossas praias urbanas.</p>			PAISAGEM DA ORLA	MARKES E ARTUR
NET		J201	II	AEIS	<p>Para assegurar a permanência das populações de mais baixa renda, das comunidades tradicionais com suas manifestações culturais e atividades econômicas, em locais historicamente conquistados é necessário a manutenção das AEIS, atualização do mapeamento e regularização daquelas que ainda não foram regularizadas. Com isso se garante a proximidades das pessoas que mais necessitam morar perto do trabalho e dos serviços essenciais.</p>			REGULAMENTAÇÃO	MARKES E ARTUR
NET		J203	II	ÁREAS DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUITETÔNICO E PAISAGÍSTICO	<p>Manter a ZET-1 como área de Operação Urbana Consorciada, em conjunto com a AEIS da Vila de Ponta Negra e o restante do bairro de Ponta Negra.</p> <p>Alterar os recuos mínimos para os mesmos valores das zonas de adensamento básico (Quadro 3 do PDN atual).</p> <p>Alterar o coeficiente de aproveitamento para 1,8, ou seja, o básico (conforme proposta de alteração das prescrições urbanísticas, enviada anteriormente)</p> <p>Permitir o uso residencial multifamiliar.</p> <p>Permitir o uso misto.</p> <p>Permitir, mediante contrapartida de interesse público, o direito de superfície de seus bens imóveis, inclusive o espaço aéreo e subterrâneo.</p> <p>Considerar como áreas computáveis apenas as áreas de unidades habitacionais em meios de hospedagem, como hotéis e pousadas.</p> <p>Considerar como áreas computáveis apenas as áreas de público nos demais usos comerciais e de serviços.</p> <p>Incentivar a adoção de fachadas ativas.</p> <p>Incentivar o uso da fruição pública</p> <p>Incentivar a aplicação de tecnologias urbano-ambientais sustentáveis e características que valorizem o conforto ambiental urbano e a paisagem, além de estimular sistemas operacionais, padrões construtivos e aportes tecnológicos que objetivem a redução de impactos ambientais e a economia de recursos naturais.</p>			ZET-1	MARKES E ARTUR

NET		J206	II	ÁREAS DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUITETÔNICO E PAISAGÍSTICO	<p>Manter a ZET-1 como área de Operação Urbana Consorciada, em conjunto com a AEIS da Vila de Ponta Negra e o restante do bairro de Ponta Negra.</p> <p>Alterar os recuos mínimos para os mesmos valores das zonas de adensamento básico (Quadro 3 do PDN atual).</p> <p>Alterar o coeficiente de aproveitamento para 1,8, ou seja, o básico (conforme proposta de alteração das prescrições urbanísticas, enviada anteriormente)</p> <p>Permitir o uso residencial multifamiliar.</p> <p>Permitir o uso misto.</p> <p>Permitir, mediante contrapartida de interesse público, o direito de superfície de seus bens imóveis, inclusive o espaço aéreo e subterrâneo.</p> <p>Considerar como áreas computáveis apenas as áreas de unidades habitacionais em meios de hospedagem, como hotéis e pousadas.</p> <p>Considerar como áreas computáveis apenas as áreas de público nos demais usos comerciais e de serviços.</p> <p>Incentivar a adoção de fachadas ativas.</p> <p>Incentivar o uso da fruição pública</p> <p>Incentivar a aplicação de tecnologias urbano-ambientais sustentáveis e características que valorizem o conforto ambiental urbano e a paisagem, além de estimular sistemas operacionais, padrões construtivos e aportes tecnológicos que objetivem a redução de impactos ambientais e a economia de recursos naturais.</p>			ZET-1	MARKES E ARTUR
NET		J212	II	ÁREAS DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUITETÔNICO E PAISAGÍSTICO	<p>A descontinuidade e falta de articulação entre programas e projetos de preservação do patrimônio levam a Ribeira ao abandono.</p> <p>Além de ser responsabilidade do Poder Público a criação de mecanismos de proteção, o incentivo a gestão e o acompanhamento de projetos, a garantia de continuidade, para além dos mandatos da prefeitura, devem ser garantidos na lei, sob pena da repetição histórica de planos que ficam somente no papel.</p> <p>A cobrança da função social da propriedade de prédios abandonados há décadas por seus proprietários, causando prejuízos à cidade, deve ser prevista em lei e de fato executada pelo poder público.</p> <p>O abandono de edifícios como o hotel Reis Magos na praia do Meio, o Arpege e a Samaritana na Ribeira, só para citar três exemplos, não pode ser aceito pelo poder público sem que os responsáveis por tal situação sejam punidos.A descontinuidade e falta de articulação entre programas e projetos de preservação do patrimônio levam a Ribeira ao abandono.</p>			PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO	MARKES E ARTUR
NET		J214	II	AEIS	É urgente a delimitação da poligonal da área da AEIS 3 (Gramorezinho) bem como os índices de uso e ocupação do solo específicos em regulamentação própria, no sentido de garantir a permanência da atividade agrícola que beneficia os trabalhadores da área, como também a população da cidade pela proximidade da área de produção com os consumidores.			GRAMOREZINHO	MARKES E ARTUR
NET		J218	II	ÁREAS ESPECIAIS DE CONTROLE DE GABARITO	Gabarito – Diminuir ou zerar a necessidade de recuos, áreas obrigatórias de infiltração natural, percentuais de área verde e h/10 nas Zonas de Controle de Gabarito, a sugestão tem o objetivo de compensar de outras formas o cerceamento imposto a utilização do Potencial Construtivo pelo Controle de Gabarito posto.			GABARITO	MARKES E ARTUR

NET		J221	II	AEIS	Gostaria de apresentar minha opinião CONTRA a proposta de verticalização da orla de natal. Pois, de acordo com as discussões entre a população e profissionais de diversas áreas, se isso vier a ser implantado será de grande prejuízo para a preservação das comunidades que vivem próximas ao local, como Rocas, Brasília Teimosa, Jacó, Mãe Luiza etc. Além de privatizar o direito social à paisagem, bem como a possível remoção dos pescadores artesanais e outros segmentos da população que sobrevivem do trabalho na orla. E não somente por isso, mas também por questões de clima e meio ambiente, pois a verticalização será uma barreira para o vento, além de acarretar em sobrecarga da infraestrutura existente no local. Não vale a pena buscar desenvolvimento alimentando ainda mais a gentrificação e segregação socioespacial que já são latentes em natal, existem com certeza outros meios para a cidade se desenvolver.			VERTICALIZAÇÃO NA ORLA	MARKES E ARTUR
NET		J224	II	ÁREAS DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUITETÔNICO E PAISAGÍSTICO	Tendo em vista a crescente disposição do patrimônio modernista da Cidade, sugiro a elaboração de estudos para viabilização da elaboração de u. Plano de preservação do patrimônio modernista de Natal, tendo como carro chefe a preservação do Hotel Internacional Reis Magos.			Plano de preservação do patrimônio	MARKES E ARTUR
NET		J227	II	ÁREAS ESPECIAIS DE CONTROLE DE GABARITO	Redinha – permitir a aplicação de maiores Coeficientes de Aproveitamento Máximo na Redinha de modo a se conseguir uma maior densidade habitacional no bairro e também uma maior exploração do potencial turístico do local, não controlar o gabarito do bairro, edifícios menores com maior ocupação dos lotes ou edifícios mais altos podem trazer a revalorização da área atualmente degradada.			GABARITO NA REDINHA	MARKES E ARTUR
NET		J228	II	ÁREAS DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUITETÔNICO E PAISAGÍSTICO	O controle de gabarito na orla urbana (ZEIT) e no entorno do parque das dunas é fundamental para preservar a paisagem de Natal, patrimônio da cidade, por isso, para o bem das futuras gerações, a lei que controla o gabarito não pode ser revogada, nem essas áreas podem ser verticalizadas. Além disso, a paisagem de Natal é o atrativo turístico da cidade, que gera lucros ao mercado turístico e imobiliário.			PATRIMÔNIO PAISAGÍSTICO	MARKES E ARTUR
NET		J231	II	ÁREAS ESPECIAIS DE CONTROLE DE GABARITO	Manutenção das atuais prescrições para as Áreas Especiais de Controle de Gabarito, garantindo que não haverá verticalização da orla, e assim manter a ventilação e qualidade da paisagem para turistas e cidadãos natalenses.			VERTICALIZAÇÃO	MARKES E ARTUR

NET		J235	II	ÁREAS DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUITETÔNICO E PAISAGÍSTICO	<p>- Manter a ZET-1 como área de Operação Urbana Consorciada, em conjunto com a AEIS da Vila de Ponta Negra e o restante do bairro de Ponta Negra. - Alterar os recuos mínimos para os mesmos valores das zonas de adensamento básico (Quadro 3 do plano diretor atual). - Alterar o coeficiente de aproveitamento para 1,8 - Permitir o uso residencial multifamiliar. - Permitir o uso misto. - Permitir, mediante contrapartida de interesse público, o direito de superfície de seus bens imóveis, inclusive o espaço aéreo e subterrâneo. - Considerar como áreas computáveis apenas as áreas de unidades habitacionais em meios de hospedagem. - Considerar como áreas computáveis apenas as áreas de público nos demais usos comerciais e de serviços. - Incentivar a adoção de fachadas ativas. - Incentivar o uso da fruição pública - Incentivar a aplicação de tecnologias urbano-ambientais sustentáveis e características que valorizem o conforto ambiental urbano e a paisagem, além de estimular sistemas operacionais, padrões construtivos e aportes tecnológicos que objetivem a redução de impactos ambientais e a economia de recursos naturais.</p>			ZET-1	MARKES E ARTUR
NET		J236	II	ÁREAS DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUITETÔNICO E PAISAGÍSTICO	<p>- Alterar o gabarito máximo para 7,5 m do nível natural do terreno. - Permitir o uso residencial multifamiliar. - Permitir o uso misto. - Considerar como áreas computáveis apenas as áreas de unidades habitacionais em meios de hospedagem, como hotéis e pousadas. - Considerar como áreas computáveis apenas as áreas de público nos demais usos comerciais e de serviços. - Incentivar a adoção de fachadas ativas. - Incentivar o uso da fruição pública - Incentivar a aplicação de tecnologias urbano-ambientais sustentáveis e características que valorizem o conforto ambiental urbano e a paisagem, além de estimular sistemas operacionais, padrões construtivos e aportes tecnológicos que objetivem a redução de impactos ambientais e a economia de recursos naturais. - Alterar o gabarito máximo para 7,5 m do nível natural do terreno.</p>			ZET-2	MARKES E ARTUR

NET		J248	II	ÁREAS DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUITETÔNICO E PAISAGÍSTICO	<p>terreno na primeira quadra em relação à linha da praia da ZS-2 do anexo 1</p> <p>Alterar o gabarito máximo para 30m (10 pavimentos) do nível natural do terreno nas quadras posteriores na ZS-2 do anexo 1</p> <p>Permitir o uso residencial multifamiliar.</p> <p>Permitir o uso misto.</p> <p>Considerar como áreas computáveis apenas as áreas de unidades habitacionais em meios de hospedagem, como hotéis e pousadas.</p> <p>Considerar como áreas computáveis apenas as áreas de público nos demais usos comerciais e de serviços.</p> <p>Incentivar a adoção de fachadas ativas.</p> <p>Incentivar o uso da fruição pública</p> <p>Incentivar a aplicação de tecnologias urbano-ambientais sustentáveis e características que valorizem o conforto ambiental urbano e a paisagem, além de estimular sistemas operacionais, padrões construtivos e aportes tecnológicos que objetivem a redução de impactos ambientais e a economia de recursos naturais.</p> <p>Manter os coeficientes de aproveitamento do PDN atual.</p> <p>Manter os recuos das áreas de adensamento básico.</p> <p>NOTA:</p> <p>a) Os coeficientes de aproveitamento máximos poderão ser acrescidos em 10% (dez por cento) para empreendimentos que destinem pelo menos 50% do perímetro de suas fachadas voltadas para os logradouros para a instalação de comércio e serviços locais, especificamente os instalados em fachadas ativas, com acesso direto e abertura para o logradouro.</p> <p>b) Os coeficientes de aproveitamento máximos poderão ser acrescidos em 10% (dez por cento) para empreendimentos que destinem pelo menos 10% da área do terreno para fruição pública.</p> <p>c) Os empreendimentos que apresentarem aplicação de tecnologias urbano-ambientais sustentáveis e características que valorizem o conforto ambiental urbano e a paisagem, além de estimular sistemas operacionais, padrões construtivos e aportes tecnológicos que objetivem a redução de impactos</p>			ZET-3	MARKES E ARTUR
NET		J249	II	ÁREAS DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUITETÔNICO E PAISAGÍSTICO	<p>É NECESSÁRIO RECUPERAR OS MECANISMOS DE INCENTIVO PARA ESTIMULAR A OCUPAÇÃO DAS ÁREAS DE INTERESSE HISTÓRICO (PATRIMONIAL E CULTURAL), TANTO A RIBEIRA QUANTO A CIDADE ALTA, MAS TAMBÉM OS EDIFÍCIOS E ESPAÇOS DE SIGNIFICÂNCIA. NÃO PRECISAM SER TOMBADOS, MAS PODEM SER LISTADOS OFICIALMENTE (A PARTIR DA DELIMITAÇÃO DE ÁREAS MAIS ABRANGENTES, COMO ALECRIM, PETRÓPOLIS E TIROL, DE ALGUMA MANEIRA SIMILARES À ZEPH) COMO PASSÍVEIS DE RECEBEREM INCENTIVOS PARA PRESERVAÇÃO. O INCENTIVO PODE SER FISCAL (SOBRE IPTU, ISS, AFORAMENTO) E DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA.</p>			ÁREA DE INTERESSE HISTÓRICO	MARKES E ARTUR

NET		J254	II	ÁREAS DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUITETÔNICO E PAISAGÍSTICO	ALTERAR OS LIMITES DA ZET-4 CONFORME O ANEXO 01 ALTERAR O GABARITO MÁXIMO ZONA 01 PARA 24M (08 PAVIMENTOS) ALTERAR O GABARITO MÁXIMO ZONA 02 PARA 65M (20 PAVIMENTOS) COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO DE 3,5 PERMITIR O USO RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR. PERMITIR O USO MISTO. CONSIDERAR COMO ÁREAS COMPUTÁVEIS APENAS AS ÁREAS DE UNIDADES HABITACIONAIS EM MEIOS DE HOSPEDAGEM, COMO HOTÉIS E POUSADAS. CONSIDERAR COMO ÁREAS COMPUTÁVEIS APENAS AS ÁREAS DE PÚBLICO NOS DEMAIS USOS COMERCIAIS E DE SERVIÇOS. INCENTIVAR A ADOÇÃO DE FACHADAS ATIVAS. INCENTIVAR O USO DA FRUIÇÃO PÚBLICA INCENTIVAR A APLICAÇÃO DE TECNOLOGIAS URBANO-AMBIENTAIS SUSTENTÁVEIS E CARACTERÍSTICAS QUE VALORIZEM O CONFORTO AMBIENTAL URBANO E A PAISAGEM, ALÉM DE ESTIMULAR SISTEMAS OPERACIONAIS, PADRÕES CONSTRUTIVOS E APORTES TECNOLÓGICOS QUE OBJETIVEM A REDUÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS E A ECONOMIA DE RECURSOS NATURAIS.			ZET-4	MARKES E ARTUR
NET		J270	II	ÁREAS ESPECIAIS DE CONTROLE DE GABARITO	ELIMINAÇÃO DO CONTROLE DE GABARITO DO ENTORNO DO PARQUE DAS DUNAS.			GABARITO NO PARQUE DAS DUNAS	MARKES E ARTUR
NET		J283	II	ÁREAS ESPECIAIS DE CONTROLE DE GABARITO	LIBERAR GABARITO NOS BAIRROS NO ENTORNO DO PARQUE DAS DUNAS, EM BAIRROS COMO NOVA DESCOBERTA, MORRO BRANCO, ADOTANDO MESMO CRITÉRIO DO BAIRRO DO TIROL, ÁREA PRÓXIMA A ESCOLA DOMESTICA, REVITALIZANDO DESTA FORMA ÁREAS QUE POSSUEM INFRA ESTRUTURA E ENCONTRA-SE DECADENTE			GABARITO NO PARQUE DAS DUNAS	MARKES E ARTUR
NET		J290	II	ÁREAS ESPECIAIS DE CONTROLE DE GABARITO	ELIMINAÇÃO DO CONTROLE DE GABARITO DO ENTORNO DO PARQUE DAS DUNAS, UMA VEZ QUE A INFRAESTRUTURA VIÁRIA JÁ NÃO POSSIBILITA A VISUALIZAÇÃO DO PARQUE DAS DUNAS E A PRÓPRIA UFRN VEM SOLICITANDO ALTERAÇÃO NO CONTROLE DE GABARITO DO CAMPUS.			GABARITO NO PARQUE DAS DUNAS	MARKES E ARTUR
NET		J292	II	ÁREAS ESPECIAIS DE CONTROLE DE GABARITO	DEVE SER FEITO NOVO CONE DE VISUAIS EM TODA A ORLA, PARA SE DEFINIR GABARITOS QUE NÃO INTERFIRAM NA VISUALIZAÇÃO DA PAISAGEM. NA REGIÃO DA PRAIA DO MEIO, DEVE SER FEITO ESCALONAMENTO DE GABARITO CONSIDERANDO A DIFERENÇA DE ALTURA ENTRE A PRAIA E A GETÚLIO VARGAS, SENDO CONSIDERADO COMO PARÂMETRO O GABARITO DAS EDIFICAÇÕES JÁ EXISTENTES. DEVE SER CRIADO INSTRUMENTO DE ESTÍMULO TAMBÉM A EXECUÇÃO DE TELHADOS VERDES. A ZET 4 DEVE SEGUIR A MESMA LÓGICA DE DEFINIÇÃO DE GABARITO ATRAVÉS DE CONES, SENDO PERMITIDAS EDIFICAÇÕES DE ATÉ 18M ENTRE A VIA E A ORLA, O MESMO ESTABELECIMENTO DE CONES DEVE SER REALIZADO EM PONTA NEGRA PARA DEFINIÇÃO DO ESCALONAMENTO DOS GABARITOS DEVE SER FEITO NOVO CONE DE VISUAIS EM TODA A ORLA, PARA SE DEFINIR GABARITOS QUE NÃO INTERFIRAM NA VISUALIZAÇÃO DA PAISAGEM. NA REGIÃO DA PRAIA DO MEIO, DEVE SER FEITO ESCALONAMENTO DE GABARITO CONSIDERANDO A DIFERENÇA DE ALTURA ENTRE A PRAIA E A GETÚLIO VARGAS, SENDO CONSIDERADO COMO PARÂMETRO O GABARITO DAS EDIFICAÇÕES JÁ EXISTENTES. DEVE SER CRIADO INSTRUMENTO DE ESTÍMULO TAMBÉM A EXECUÇÃO DE TELHADOS VERDES.			ZET-4	MARKES E ARTUR

NET		J296	II	ÁREAS DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUITETÔNICO E PAISAGÍSTICO	DEVE SER REALIZADO INVENTÁRIO DE TODAS AS EDIFICAÇÕES QUE POSSUEM VALOR HISTÓRICO E ARQUITETÔNICO NA CIDADE (INCLUINDO AS EDIFICAÇÕES MODERNISTAS), SENDO TAMBÉM DEFINIDOS ASPECTOS IMPORTANTES A SEREM PRESERVADOS/ RESTAURADOS, TAIS COMO ELEMENTOS DE FACHADA, PISO, FORRO, ETC.			inventário do patrimônio	MARKES E ARTUR
NET		J301	II	AEIS	VIABILIZAÇÃO DE OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS EM AEIS, DE FORMA A POSSIBILITAR A REQUALIFICAÇÃO URBANA NESSAS ÁREAS DA CIDADE.			Operações Urbanas Consorciadas	MARKES E ARTUR
NET		J306	II	ROTAS ACESSÍVEIS	1-CRIAÇÃO DE UM ÓRGÃO OU INSTITUIÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL PARA ORQUESTRAR OS PLANOS, PROGRAMAS, PROJETOS E OBRAS QUE SÃO EXECUTADOS NO SISTEMA VIÁRIO PÚBLICO. ESSA INSTITUIÇÃO, ENTRE OUTRAS ATRIBUIÇÕES, FICARÁ ENCARGADA DE ACOLHER, ANALISAR E CADASTRAR TODAS AS ATIVIDADES, PROJETOS E OBRAS QUE SÃO PROPOSTAS PARA O SISTEMA VIÁRIO PÚBLICO. 2- EXPLICITAÇÃO DA EXIGÊNCIA DE EXECUÇÃO DO CALÇAMENTO DOS PASSEIOS PÚBLICOS (CALÇADAS) EM TODAS AS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO PÚBLICO. (OBS. EXIGÊNCIA NESTE SENTIDO JÁ CONSTA DOS CASOS DE OBRAS EXECUTADAS COM RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL) 3-INCLUIR ENTRE AS ROTAS ACESSÍVEIS A SEREM DELIMITADAS NO PLANO DIRETOR AS CALÇADAS DAS QUADRAS ONDE SE INSEREM OS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DAS TRÊS ESFERAS DE GOVERNO. 4-INCLUIR A EXIGÊNCIA DE QUE, NUM PRAZO DE UM ANO, CADA ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL APRESENTE UM PLANO DE ADAPTAÇÃO DOS IMÓVEIS SOB SUA RESPONSABILIDADE, DE FORMA A ASSEGURAR O GRADATIVO AVANÇO NAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE, PREVENDO-SE O ATENDIMENTO À EXIGÊNCIA DA LEGISLAÇÃO DE ACESSIBILIDADE EM UM PRAZO MÁXIMO DE 4 ANOS. ESSE PLANO DEVERÁ APRESENTAR AS METAS A SEREM ATENDIDAS AO FINAL DO PRIMEIRO, SEGUNDO E TERCEIRO ANO. 5-EXPLICITAR A EXIGÊNCIA DE QUE TODA NOVA EDIFICAÇÃO RESIDENCIAL A SER LICENCIADA NO MUNICÍPIO CONTEMPLE AS DIMENSÕES NECESSÁRIAS PARA A ACESSIBILIDADE, CONTEMPLANDO OS PRINCÍPIOS DO DESENHO UNIVERSAL, INCLUINDO PREVISÃO DE LOCALIZAÇÃO DE ELEVADOR NOS CASOS EM QUE OS MESMOS NÃO SERÃO EXECUTADOS EM UM PRIMEIRO MOMENTO E PREVISÃO DE DIMENSÕES MÍNIMAS DE BANHEIROS, CORREDORES, VÃOS DE PORTAS, ENTRE OUTROS, PARA ASSEGURAR OS PRINCÍPIOS DE ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE			ACESSIBILIDADE	MARKES E ARTUR
NET		J308	II	ROTAS ACESSÍVEIS	DEFINIÇÃO DE TIPO DE MATERIAL E SUA PAGINAÇÃO, MEIO-FIO E DEMAIS ELEMENTOS DEFINIDORES DE CALÇADAS, PARA APLICAÇÃO EM TODO O MUNICÍPIO, A FIM DE SE CRIAR UMA UNIDADE E FACILITAR O DESLOCAMENTO DO PEDESTRE NA CIDADE.			Padronização de calçadas	MARKES E ARTUR
NET		J316	II	ÁREAS ESPECIAIS DE CONTROLE DE GABARITO	O CONTROLE DE GABARITO É FATOR FUNDAMENTAL PARA EVITAR EXCESSIVO ADENSAMENTO E MUDANÇAS PREJUDICIAIS AO MICROCLIMA. ALÉM DISSO, A VERTICALIZAÇÃO DAS ÁREAS COMO A VILA DE PONTA NEGRA E ARREDORES PROVOCA IMENSO RISCO PARA ATIVIDADE DO CENTRO DE LANÇAMENTO DA BARREIRA DO INFERNO - CLBI, QUE REALIZA RASTREIO DE ENGENHOS ESPACIAIS EUROPEUS E QUE PASSAM EM TRAJETÓRIAS QUE PERMITEM ÀS ANTENAS DE RASTREIO DO CLBI CAPTURAR SEUS DADOS. ESTA ATIVIDADE PODERIA SER COMPROMETIDA COM IMENSAS PERDAS FINANCEIRAS, VISTO QUE É REGIAMENTE REMUNERADA. EM ÚLTIMA INSTÂNCIA, TALVEZ A PRÓPRIA ATIVIDADE DO CLBI POSSA SER QUESTIONADA, FICANDO SEM FINALIDADE, COM PREJUÍZOS ENORMES PARA A ECONOMIA, TECNOLOGIA E CIÊNCIA DO ESTADO DO RN.			GABARITO	MARKES E ARTUR

NET		J321	II	ÁREAS ESPECIAIS DE CONTROLE DE GABARITO	O CONTROLE DE GABARITO E O ÍNDICE DE ADENSAMENTO BÁSICO DE NATAL DO ATUAL PLANO, FORAM PENSADOS PARA GARANTIR A QUALIDADE DE VIDA NA CIDADE, SOBRETUDO NO QUE SE REFERE ÀS TEMPERATURAS E VENTILAÇÃO NATURAL, SANEAMENTO BÁSICO E OUTROS ASPECTOS DE INFRAESTRUTURA. NATAL POSSUI UM CLIMA QUENTE E ÚMIDO E PRECISA EVITAR BARREIRAS QUE OBSTRUAM A VENTILAÇÃO. ALTERAR ESSES ÍNDICES E PERMITIR A VERTICALIZAÇÃO EM ALGUMAS ÁREAS, NO CASO NOSSA ORLA, É DEIXAR QUE GRADATIVAMENTE HAJA UM ADENSAMENTO MACIÇO DE CONSTRUÇÕES MUITO ALTAS O QUE TRARÁ IMPACTOS DIRETOS NA CIRCULAÇÃO DE AR E AUMENTO DE TEMPERATURA, ALÉM DO SOMBREAMENTO DA PRAIA DURANTE O DIA. CIDADES COM NOSSO CLIMA NECESSITAM DE RUGOSIDADE, OU SEJA, EDIFÍCIOS COM ALTURAS DIFERENTES. EXISTEM ESTUDOS QUE COMPROVAM O QUANTO A CONSTRUÇÃO DOS EDIFÍCIOS DA AV. GETÚLIO VARGAS TROUXERAM CALOR A QUEM HABITA OU CIRCULA NAS RUAS QUE FICAM POR TRÁS DA CORTINA FORMADA PELOS EDIFÍCIOS. CREIO QUE A VERTICALIZAÇÃO É BEM INDA, QUANDO PLANEJADA E PENSADA EM ÁREAS AINDA NÃO ADENSADAS E QUE NÃO NÃO TRAGAM IMPACTO AO MEIO AMBIENTE NATURAL.			GABARITO	MARKES E ARTUR
NET		J322	II	ÁREAS DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUITETÔNICO E PAISAGÍSTICO	CRIAR NOVO NOME PARA ESTE INSTRUMENTO (COM MESMAS FUNÇÕES DE PROTEÇÃO AO BEM) MAS MAIS ATRATIVO AO IMAGINÁRIO DA COMUNIDADE. A PALAVRA TOMBAMENTO FAZ COM QUE A COMUNIDADE, MUITAS VEZES LEIGA NA ÁREA, NÃO COMPREENDA A FUNÇÃO DESTE INSTRUMENTO, O QUE CAUSA UM MITO EM TORNO DESTA TEMÁTICA. EM REUNIÕES COM A COMUNIDADE E CERTO DIA AO RECEBER UM CONTRIBUINTE, PODEMOS OBSERVAR QUE APENAS A ASSOCIAÇÃO DE SER ÁREA DE TOMBAMENTO CAUSAM UM MITO OU SENTIMENTOS DE REJEIÇÃO, OU ATÉ MESMO MEDO EM INTERVIR NUMA "ÁREA TOMBADA". ATENDI UM SENHOR MUITO SIMPLES E DE FATO MUITO AFLITO PORQUE DISSERAM A ELE QUE SEU IMÓVEL ESTAVA EM ÁREA TOMBADA E QUE PORTANTO NÃO PODERIA FAZER NADA. MANIFESTADAS DE DIVERSAS FORMAS POR ENTRE A COMUNIDADE, É NÍTIDO QUE ESTE SENTIMENTO PAIRA. NATURALMENTE SÓ O NOME NÃO É SUFICIENTE PARA DISSOLVER ESSA IMAGEM. PORÉM PODE AJUDAR BASTANTE.			TOMBAMENTO	MARKES E ARTUR